



A QUESTÃO DA LEGISLAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, CONSTITUINDO UM PARADIGMA A SER ULTRAPASSADO.

Prof^a Dr^a Margareth Anderáos¹

Quais os principais problemas da Educação Física?

Há muitos problemas desde há muito, ao redor da Educação Física. Não é por outro motivo que, em havendo tantas questões a ser resolvidas que haja tamanha produção acadêmica. Muitos estudiosos buscando aprofundamento em questões da área, na tentativa de responder a dúvidas e questionamentos de tantas cabeças instigadas por desafios e novas descobertas.

No meu caso, como pesquisadora, não seria diferente. Pela perspectiva da minha linha de estudo, vejo que uma grande problemática que assola a Educação Física é o desencontro de informações oriundas do Conselho Nacional de Educação com relação às questões que afetam as Resoluções que normalizam os cursos de formação.

Diversos Coordenadores de Cursos necessitando de orientação de um órgão que, a meu ver tem deixado muito a desejar em termos de ser balizador das legislações que deveriam ser assumidas, defendidas e postas em prática.

Tendo saído do Currículo Mínimo apregoado desde 1969 na Resolução 69/69¹ que organizava os Cursos de Licenciatura de nível superior com duração de três anos, conquistamos em 1987 um avanço ao ver aprovada a Resolução CNE 03/87 que abria possibilidades de avanços na área de formação com a queda do currículo mínimo que acabara por se tornar modelo de formação. A possibilidade de ver a Licenciatura diferenciada do Bacharelado na área dava novo ânimo aos estudiosos da formação profissional pelo entendimento de que a escola representava um universo particular e de extrema importância e para o qual a formação deveria ser cuidada para dar conta das especificidades da idade das crianças e das atividades que poderiam suprir a demanda de atividades de base psicomotora necessária nesse período de formação.

Infelizmente pouco tempo depois, pelo atendimento à solicitação dos dirigentes de cursos ao fornecimento de um anexo, onde contassem exemplos de disciplinas que poderiam ser oferecidas para compor esse novo paradigma de curso de formação de quatro anos de duração, viu-se a sugestão se transformar em modelo e o oferecimento pela grande maioria dos cursos de uma licenciatura plena para dar conta, com base em disciplinas de cunho generalista, de uma demanda de mercado que naquele momento, pareceu atender muito mais aos interesses dos mantenedores de cursos privados do que à qualificação da formação na área, motivo primeiro da mudança da legislação.²

¹ Anderáos, M. **A formação profissional na faculdade de Educação Física de Santo André: manutenção ou alteração.** Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: São Paulo, 141 p., 1998.

² Anderáos, M. **A reorganização da formação profissional em educação física no Brasil: aspectos históricos significativos.** 2005. Tese (Tese de doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: São Paulo, 183 p., 2005.



De 1987 a 1998 novos estudos, muitas discussões, congressos, dissertações e teses acabaram por motivar fatos que acabaram por repercutir na área e no mercado de trabalho. A regulamentação da profissão ocorrida em 1998 pela Lei 9696/98 passa a qualificar a prestação de serviços. A população mais esclarecida passa a exigir mais desse profissional. Cria-se a motivação para nova mudança nos cursos de formação da área. Em 2002, pelas Resoluções CNE 01 e 02/2002 regulamenta-se a formação da Licenciatura em nível de graduação plena, habilitando os professores para atuação estritamente no ensino básico.

Surge uma nova organização de curso que possibilita se pensar a escola de modo amplo desde o início da formação. Boas e novas perspectivas.

Dois anos depois são aprovadas as Diretrizes Curriculares para a Graduação em Nível de graduação Plena, substituindo o antigo bacharelado, amparado pela Resolução CNE 07/2004.

Muitas discussões, muitas dúvidas e novas perspectivas. Novamente assistimos estarecidos, dirigentes buscando brechas na lei para acomodarem seus interesses. o que me parecem estar bastante distantes da qualificação da formação.

A história se repete...seria uma história sem fim?

O Ministério da Educação não tem oferecido a necessária orientação aos dirigentes para acolher de forma adequada suas dúvidas e questionamentos

O resultado não poderia ser outro senão um enorme caos no que se refere aos cursos de formação da área. Desorientação é a palavra que melhor define essa questão da formação, bastante identificada com o momento político do Brasil.

Em sua opinião, qual deve ser o objeto de Estudo da Educação Física e por que?

Abordar essa temática é um embarcar na história da nossa área e da própria evolução das ciências. Ainda não considerada como uma ciência por muitos estudiosos e, portanto na linha de Kuhn, um passo antes da ciência, não haveria como considerar por essa perspectiva que houvesse um objeto de estudo.

No entendimento que tenho buscado ao longo dos anos de estudos, a **Motricidade** seria para mim o objeto de estudo da Educação Física, ou seja, o movimento intencional que possibilita ao homem a transcendência (de si do outro e do mundo). Minha posição é ressaltar a importância de ampliar o entendimento sobre esse objeto de estudo e as relações que existem entre ele e a cultura de movimentos que compõem o universo da Educação Física.

Sua posição se contrapõe basicamente a quais tendências ou a quais concepções da área da Educação Física?

Não posso concordar com os que defendem o estudo do movimento como sendo o foco principal da área, sem considerar o humano imbricado nesse "movimento". A relação do homem com seu corpo, a manifestação de vida intermediada entre homem e objeto e a relação que se estabelece nesse lapso temporal que é a manifestação da humanização do movimento, que ultrapassa a lei física a meu ver.

Há os que se colocam na posição de limitar a Educação Física a um fazer prático, com base de sustentação oriunda de outras áreas. Nessa perspectiva, é a vertente que usa, por exemplo, o Esporte como conteúdo principal da área, ou as



Bases Teóricas do Condicionamento Físico. Nessas condições, o movimento intencional que leva o homem a transcendência se descaracterizaria.

De que maneira o objeto de estudo proposto influenciaria o ensino da Educação Física?

Se considerarmos a Motricidade Humana, como sendo o objeto de estudo da Educação Física, a preocupação seria com a Educação Motora, independentemente do espaço onde se desenvolvesse. A Educação Motora se daria na medida em que se possibilitasse vivências que tornariam o movimento cada vez mais reflexivo e consciente, ferramenta de humanização, alicerçado não apenas na herança biológica mas também na sociocultural. Considerando dessa maneira, é preciso voltar à minha preocupação primeira, manifesta no início de minha tese, a de que é preciso se pensar a formação profissional na nossa área com mais seriedade.

Haveria a necessidade de um repensar valores e quebrar paradigmas instalados há muito tempo.

Professores formados por modelos curriculares traduzidos por grades que aprisionavam corpos e pensamentos necessitariam transcender rumo à liberdade de expressão.

A possibilidade de se refletir sobre “o porquê” fazer além do “simples fazer” se faria necessário. O movimento **intencional, reflexivo** que possibilitasse a **autonomia** seria a meta desse novo modo de ensinar Educação Física na escola ou fora dela.

Quais as conseqüências da adoção desse objeto de estudo para as pesquisas relacionadas com a Educação Física?

Por essa perspectiva, na medida em que aderíssemos à Motricidade como uma área de conhecimento, a Educação Motora representaria a aplicação pedagógica ou o que ensinávamos nas aulas de Educação Física, como já declarado anteriormente.

A complexidade que existe na assunção da inter-relação da herança cultural com a herança biológica, possibilitaria caminhar rumo à complexidade exigida de uma área de conhecimento que possibilitasse “fazer ciência”, que se contrapõe às crenças ou paradigmas que tanto têm caracterizado nossa área.

O que mudaria para o professor de Educação Física?

Já a partir da Regulamentação da nossa profissão deveríamos estar nos referindo ao profissional da área. O que atua na escola, esse sim professor, ou fora dela, o profissional.

Iniciei minha participação manifestando minha grande preocupação com os cursos de formação nesse momento de mudança de legislação, justamente com a intenção de capacitar a formação na área.

A orientação e a fiscalização que deveria ser feita pelo Ministério da Educação, se séria, poderia garantir qualidade nos cursos de formação e abrir possibilidades de capacitação da formação profissional. Assim e apenas assim poderíamos falar em dar conta da demanda de mercado de trabalho para garantir à população um serviço de qualidade.



Nessa perspectiva, mudaria bastante o perfil dos egressos dos cursos de graduação em Educação Física, quer sejam oriundos das novas Licenciaturas, quer seja dos Bacharelados, que historicamente têm trabalhado o Esporte como fim, os modelos fechados, o corpo aprisionado, o movimento apartado do corpo, o corpo estático e sem vida.

Uma outra necessidade se apresenta quando nesse novo momento histórico, locados na área da saúde, os cursos de Educação Física tem uma nova missão. Para tanto há premente necessidade de se rever o que e como se trabalha os conteúdos durante a formação inicial. Já fazemos parte das equipes multiprofissionais do Sistema Único de Saúde³ e precisamos capacitar os futuros profissionais a discutir em igualdade de condições com médicos, nutricionistas, fisioterapeutas e dentistas além de outros profissionais, a saúde dos pacientes que necessitam desse tipo de atendimento.

O intercambio de conhecimentos entre multiáreas se faria necessário já que dessa forma com base nesse objeto de estudo estaríamos em condições de somar conhecimentos produzido pela área, ao de outras áreas. Eu faria aqui uma ressalva quanto à possibilidade de refazer a pergunta: **O que mudaria para o professor de Educação Física e para o profissional de Educação Física.** Mudaria o nível de envolvimento já durante o curso de graduação com a realidade de mercado de trabalho, no cumprimento das atividades pedagógicas das disciplinas práticas, realizadas no interior dos espaços reais de atuação, o que possibilitaria a simetria invertida, tão valorizada nos Pareceres e Resoluções que norteiam os novos modelos de formação.

Esclareceria aos alunos durante a formação inicial á respeito da responsabilidade e envolvimento necessários para a atuação profissional consciente.

Na perspectiva de se trabalhar o movimento consciente, refletido, rumo a ultrapassar o “status quo” haveria de se alterar em muito a formação desse professor/profissional já que precisaríamos supor, mudanças profundas nos Cursos o que alteraria o resultado final, ou seja, o paradigma de formação que ainda prevalece em nosso país deveria ser superado para dar conta dessa nova demanda.

É com essa preocupação que proponho sérias reflexões a respeito dos Cursos de formação em Educação Física no Brasil. Proponho maior seriedade dentro do Conselho Nacional de Educação, mais orientação aos Cursos e maior fiscalização nas IES particulares em especial.

Muitos estudos serão necessários, novas pesquisas, outras reflexões...

³ Anderáos, M. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 6 n.1, p. 9-22, 2005.